

EDITAL DE DISPENSA ELETRÔNICA Nº 2363/2026

TIPO: Menor Preço Unitário

DATA DA ABERTURA: 26/10/2026 as 07:30

RECEBIMENTO DE PROPOSTA ATÉ: 29/10/2026 as 17:00

ENVIO DA PROPOSTA: <http://138.122.40.102:8079/comprasedital/>

1. PREÂMBULO

O MUNICÍPIO DE MARACAÍ, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 44.494.136/0001-70, com sede na Avenida José Bonifácio, nº 517, Centro, CEP nº 19840-037, na cidade de Maracáí, Estado de São Paulo, representada neste ato por seu Prefeito Municipal, o Sr. PAULO EDUARDO DA SILVA, usando da competência legal que lhe foi conferida, torna público ABERTA nesta Prefeitura, a manifestação de interesse da Administração em obter propostas adicionais, conforme estabelecido neste instrumento convocatório.

2. FUNDAMENTO LEGAL

2.1. A presente dispensa, fundamenta-se no inciso II do artigo 75 da Lei nº 14.133/21 e suas alterações.

2. DO OBJETO

Contratação de empresa especializada para **FORNECIMENTO DE CERTIFICADO DO TIPO A3 COM CHIP E LEITORA PARA O DEPARTAMENTO DE TRIBUTAÇÃO**, conforme especificações constantes no Termo de Referência.

3. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

Poderão participar desta Dispensa Eletrônica as empresas:

- a) Legalmente constituídas;
- b) Que estejam devidamente cadastradas no sistema eletrônico utilizado;
- c) Que possuam finalidade e ramo de atuação compatíveis ao objeto desta contratação.
- d) Que atendam a todas as exigências deste edital e do termo referência.
- e) Não transferir a terceiros, nem subcontratar, total ou parcialmente, o objeto contratado.
- f) Responsabilizar-se por todas as despesas decorrentes da execução contratual, incluindo tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, garantia e quaisquer outros custos diretos ou indiretos.

4. DA PROPOSTA

A proposta deverá ser apresentada exclusivamente no sistema eletrônico, contendo:

- a) Preenchimento dos valores no sistema;
- b) Proposta devidamente preenchida e anexada ao sistema;
- c) Descrição detalhada do objeto ofertado;

d) Indicação de marca (quando se tratar de fornecimento de bens): É obrigatória a indicação da marca do produto ofertado, sob pena de desclassificação da proposta. A marca informada deverá corresponder exatamente ao produto entregue, sendo vedada a substituição sem autorização formal da Administração.

5. DO JULGAMENTO

O critério de julgamento será o de menor preço por item, desde que atendidas todas as especificações técnicas.

Serão desclassificadas as propostas que:

- a) Não atenderem às especificações do Termo de Referência;
- b) Não indicarem a marca (quando exigido);
- c) Apresentarem preços inexequíveis.

c.1) No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração

6. DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE

Em caso de empate entre propostas, serão adotados os seguintes critérios, conforme art. 60 da Lei nº 14.133/2021:

6.1 Na hipótese de ocorrência de empate entre propostas, será realizada disputa final exclusivamente entre as empresas que permanecerem empatadas, as quais poderão apresentar nova proposta para fins de desempate. A solicitação para apresentação de nova proposta será encaminhada formalmente às empresas empatadas por meio de Ofício via sistema de protocolo digital (1Doc), sendo concedido prazo específico para manifestação. O Ofício deverá ser obrigatoriamente respondido dentro do prazo estabelecido, sob pena de preclusão do direito de apresentar nova proposta.

6.2 Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da

6.2.1 Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 10% (dez por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.2.2 A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada. A solicitação para apresentação de nova proposta será encaminhada formalmente às empresas empatadas por meio de Ofício via sistema de protocolo digital (1Doc), sendo concedido prazo específico para manifestação.

6.2.3 Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 10% (dez por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7. DA HABILITAÇÃO

A administração poderá exigir do fornecedor mais bem classificado, conforme a natureza, o valor e as condições de execução do objeto, os documentos de habilitação e/ou de comprovação de requisitos específicos, nos termos dos arts. 62, 63 e 70 da Lei Federal nº 14.133/2021.

Quando exigíveis, poderão ser solicitados, entre outros, os seguintes documentos:

I- Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

II- Inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

III- Certidão de Regularidade Fiscal (CND) perante a Fazenda federal, estadual e municipal do domicílio ou sede do licitante (Certidão Negativa ou Positiva com efeito negativa de Débitos Inscritos e não Inscritos na Dívida Ativa), ou outra equivalente, na forma da lei;

IV- Consulta Regularidade do Empregador (CRF) relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

V- Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) relativa à regularidade perante a Justiça do Trabalho;

VI- Declaração com o cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

VII- Comprovação de registro ou inscrição em conselho profissional competente, quando exigível.

VIII- Documentação ou comprovação de requisitos sanitários, regulatórios, profissionais ou técnicos específicos, quando aplicável ao objeto.

8. DO PRAZO E CONDIÇÕES DE ENTREGA

O objeto deverá atender integralmente às especificações técnicas estabelecidas no Termo de Referência, devendo ser entregue no prazo e no local nele definidos, em estrita conformidade com as condições fixadas pela Administração.

9. DAS SANÇÕES

O descumprimento das obrigações sujeitará a contratada às penalidades previstas nos arts. 155 a 163 da Lei nº 14.133/2021.

10. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

As situações não previstas neste instrumento serão dirimidas à luz das disposições da Lei nº 14.133/2021, bem como das demais normas legais e regulamentares pertinentes.

Maracáí/SP, 23 de outubro, de 2026.



Av. José Bonifácio, 517 - Centro - Maracáí/SP
CEP 19840-037 | CNPJ: 44.494.136/0001-70
Telefone: (18) 3371-9500

DISPENSA DE LICITAÇÃO - Art. 75, Lei 14.133/21

DECRETO MUNICIPAL N°. 08/24

Disponível em https://www.maracai.sp.gov.br/portal/leis_decretos/15754/

I. OBJETO DA CONTRATAÇÃO

Certificado tipo A3 com validade de 03 (três) anos, na forma de cartão com chip. **Acompanha leitora.** É usado por meio de mídia criptográfica (token ou cartão USB) que precisa estar conectada em computador para cada uso.

II. ITENS (MATERIAIS E/OU SERVIÇOS)

Requisição SCPI

[illegible]

III. FORMA E PRAZO DA CONTRATAÇÃO

Dispensa de Licitação.

(x) ORDINÁRIO

() ESTIMATIVO

() GLOBAL

IV. JUSTIFICATIVA

Certificado Digital eCPF ICP-Brasil serve para identificar digitalmente uma pessoa com segurança. Sua utilização permite acessar sites governamentais e assinar documentos com validade jurídica. Dessa forma, um servidor autorizado pela Administração Tributária



Municipal poderá realizar procedimentos de acompanhamento e fiscalização, nos portais do Simples Nacional, Nota Fiscal padrão nacional, ITR, dentre outros
V. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DOS ITENS A SEREM CONTRATADOS
Certificado tipo A3 válido por 03 (três) anos, na forma de cartão com chip, acompanhado de leitora
VI. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA/ REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO
Possuir condições necessárias para a execução de um serviço de qualidade, cumprindo e entregando conforme modelo, quantidade e requisitos solicitados.
VII. REGIME DE EXECUÇÃO DO OBJETO
Realizar serviço de revisão com qualidade e eficiência, cumprindo com a solicitação.
VIII. MODELO DE GESTÃO
No decorrer da execução do serviço, será solicitado prova do produto para e inspeção, correção ou pequenos ajuste no que concerne ao modelo, etc
IX. FORMAS DE PAGAMENTO E CRITÉRIO DE MEDIÇÃO
30 dias após realização total do serviço; e emissão da nota fiscal
X. PRAZO APROXIMADO PARA ENTREGA DO OBJETO
O serviço poderá iniciar imediatamente após emissão do empenho
XI. OBJETO COM ITEM AUTÔNOMO OU NÃO, FORMA E CRITÉRIOS DA SELEÇÃO DO FORNECEDOR
XII. CRITÉRIOS E PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE, QUANDO COUBER
XIII. HÁ PREVISÃO DE DEMANDA DE ITENS SIMILARES QUE PODERIAM SER ADQUIRIDOS CONJUNTAMENTE
XIV. EXISTÊNCIA OU NÃO DE ALGUMA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS VIGENTE PARA AQUISIÇÃO DO OBJETO

Maracáí, 15 de setembro de 2.026.